

## Oficina de Governo Aberto

Em atendimento ao Plano de Integridade Cidadania em Foco, do Ministério da Cidadania, aprovado pela Portaria MC nº 802, de 31 de agosto de 2022, que organiza as medidas para prevenção e tratamento de riscos à integridade para o período de 2022 a 2024, a Ouvidoria-Geral, da Coordenação-Geral de Transparência e Acesso à Informação, CGTAI, promoveu a realização da oficina de sensibilização sobre Governo Aberto. O evento ocorreu em 22 de setembro de 2022, de forma presencial.

A capacitação contou com a presença do Senhor Eduardo Flores - Ouvidor-Geral do Ministério da Cidadania, MC, que realizou a abertura do encontro e também com a participação do servidor Aureliano Vogado Junior, Coordenador-Geral de Transparência e Acesso à Informação do MC e da servidora Giovana Bertolini, Chefe de Divisão da Coordenação-Geral de Governo Aberto e Transparência, Diretoria de Governo Aberto, Transparência e Participação Social, da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, da Controladoria Geral da União. Estes realizaram a apresentação do tema.

Houve a presença de servidores e colaboradores do MC, de forma que todos puderam entender a importância dos temas Governo Aberto, e também foi concedido um momento para que todos os presentes pudessem tirar as dúvidas, fazer perguntas e trocar informações sobre a respectiva temática.

A finalidade da oficina referente a Governo Aberto foi mostrar aos participantes que houve uma mudança de paradigma para governo, administração pública, servidores públicos e sociedade em geral. De modo que a construção e implementação de iniciativas relacionadas a Governo Aberto representam e consolidam fortificação da democracia no país. Essa é uma tendência global que vem crescendo cada vez mais, desde 2011, quando foi criada a Parceria para Governo Aberto (*Government Partnership – OGP*), tendo o Brasil com um dos cofundadores. Foi apresentado também o Plano de Ação Ministerial de Governo Aberto que está sendo realizado no âmbito do Ministério da Cidadania.

## Governo Aberto

A senhora Giovana em sua apresentação sobre Governo Aberto (GA), se refere a uma nova visão de Administração Pública que promove projetos e ações orientadas pelos os seguintes princípios: transparência (aumento da disponibilidade de informações sobre atividades governamentais; **Prestação de Contas, Responsabilização e Accountability** (criação de regras e mecanismos que permitam aos agentes governamentais justificarem suas ações; **Participação Social** (participação ativa da sociedade nos processos de

elaboração das políticas públicas, bem como monitoramento e avaliação); **Tecnologia e Inovação** (ampliação do acesso às novas tecnologias para viabilizar ações de transparência, participação, participação social e prestação de contas.

Em relação à parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership – OGP*), a palestrante mencionou que foi uma iniciativa lançada em setembro de 2011 por oito países (Brasil, Estados Unidos, África do Sul, Filipinas, Indonésia, México, Noruega e Reino Unido), sendo mais de 77 países membros e 106 locais (OGP LOCAL). No âmbito federal, o Brasil já se encontra em seu 5º Plano de Ação. Informou ainda que o Plano de Ação Nacional é elaborado, conforme metodologia definida entre governo e sociedade civil.

Giovanna falou também sobre as diretrizes da Política Nacional de Governo Aberto, quais sejam:

- Aumento da disponibilidade de informações sobre as atividades governamentais, incluídos os dados sobre os gastos e o desempenho das ações e dos programas do Governo Federal;
- Fomento à participação social nos processos decisórios;
- Estímulo ao uso de novas tecnologias que fomentem a inovação, o fortalecimento da governança pública e o aumento da transparência e da participação social na gestão e na prestação de serviços públicos; e
- Aumento dos processos de transparência, de acesso à informação e da utilização de tecnologias que subsidiem esses processos.

A palestrante ressaltou o papel cumprido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), fundada em 1961, com 38 países membros. O papel da OCDE é o desenvolvimento da promoção de ações que visam à interação de governo e sociedades para a solução de problemas de forma conjunta, o enfoque é mais amplo e estratégico.

Em sua apresentação, o Coordenador Aureliano falou sobre a importância do Governo Aberto para o poder público, sociedade em geral e sobretudo, para o Ministério da Cidadania. Logo em seguida, fez a exposição do plano de Ação Ministerial de Governo Aberto, que está sendo elaborado no Ministério da Cidadania. Explicou detalhadamente sobre a visão geral da metodologia e etapas, que incluem o diagnóstico, definição dos temas, fase de cocriação, validação, execução, monitoramento e avaliação.

O diagnóstico é a primeira etapa, que consiste em um diagnóstico interno dos problemas que servirão de base para construção dos compromissos de Governo Aberto. É uma etapa chave para o êxito de qualquer projeto, e para isso é necessário que seja completo, preciso e claro.

A definição dos temas consiste na delimitação do que deve ser estudado na etapa da COCRIAÇÃO. Nessa fase é necessário que se passe por duas etapas: Questionário para público interno do Ministério da Cidadania com base na etapa do diagnóstico e consultas públicas a entidades ou organizações da Sociedade Civil.

A partir da definição de temas, inicia-se a etapa de cocriação. Esta consiste em reuniões com objetivo de construir compromissos e os marcos legais a serem seguidos a partir das temáticas selecionadas.

A validação do plano se dará a partir de submissão dos documentos referentes aos compromissos à avaliação da Comissão de Governo Aberto do Ministério, e depois às considerações do Ouvidor-Geral. Na sequência, deverá ser encaminhando à aprovação do Ministro, com posterior publicação dos compromissos e entrada em vigor.

Após a validação, publicam-se os compromissos e o Plano de Ação Ministerial de Governo Aberto do Ministério da Cidadania entra em vigor. Assim, inicia-se a etapa de **Execução** e, juntamente com início da execução é iniciado o processo de **Monitoramento e Avaliação**, a partir dos marcos estabelecidos.

O Coordenador Aureliano frisou a importância de se ter relatório parcial de status de execução relacionados à cada tema escolhido. Ele deve ser composto pelo resumo do compromisso acordado, os marcos definidos, os órgãos responsáveis e entidades participantes, e um detalhamento acerca da visão geral do marco em relação à execução.

E por último, deve ser realizado um Relatório Final sobre o Plano realizado, englobando os desafios enfrentados, reflexões acerca do que foi alcançado e planos de ação para aqueles compromissos que não foram cumpridos, de modo a fomentar e fortalecer a construção do próximo Plano.

### **Conclusão da apresentação**

A Ouvidoria-Geral, por meio da Coordenação-Geral de Transparência e Acesso à Informação do Ministério da Cidadania agradeceu a todos os participantes que estiveram presentes.

Por meio das apresentações da oficina de sensibilização, o Ministério da Cidadania objetiva se alinhar com as ações e com as tendências relacionadas ao Governo Aberto, baseando-se nas iniciativas da OCDE, OGP e no trabalho de coordenação e articulação institucional desenvolvido pela Controladoria-Geral da União.